

DIÁRIO DO GOVERNO



A correspondência oficial da capital e das províncias, *franca de porte*, bem como os periódicos que trocarem com o *Diário*, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.
Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberem na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano 18\$000 | Anúncios, por linha 60
Ditas por semestre 10\$000 | Comunicações e correspondências, por linha . . . 60
Número avulso, cada folha de quatro páginas 40
Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 8 de Agosto de 1902, cobrar-se-hão 10 réis de selo por cada anúncio publicado no *Diário do Governo*

A correspondência para a assinatura do *Diário do Governo* deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar à publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importância.

AVISO

São prevenidas as autoridades, repartições públicas ou quaisquer indivíduos que subscreveram para o «*Diário do Governo*», até 30 de Junho corrente, de que devem renovar as assinaturas antes daquele dia, a fim de não sofrerem interrupção na sua remessa.

Os preços são: por ano, a começar em Janeiro ou Julho, 18\$000 réis; por semestre, idem, 10\$000 réis. Para o estrangeiro acresce o porte do correio. Não se abre assinatura por trimestre.

As assinaturas recebem-se unicamente na Contadoria da Imprensa Nacional, em todos os dias úteis, desde as onze até as quinze horas e meia, podendo ser satisfeitas em dinheiro ou vales do correio passados a favor da mesma Imprensa.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Rectificações ao contracto relativo à iluminação eléctrica da cidade de Bragança, publicado no *Diário* n.º 138.
Portaria de 15 de Junho, louvando o cidadão António da Silva Simões, por serviços relevantes prestados à instrução popular.
Despachos pela Direcção Geral da Instrução Primária, sobre movimento de pessoal.
Rectificação ao anúncio de concurso para provimento de escolas primárias publicado no *Diário* n.º 134.
Decreto de 9 de Março, autorizando o abono de serviços extraordinários a um professor da Escola de Belas Artes de Lisboa.
Decreto de 8 de Junho, provendo o lugar de ajudante de porteiro da Biblioteca Nacional de Lisboa.
Despachos pela Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, sobre movimento de pessoal.
Despachos pela Direcção Geral da Assistência, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Anúncio de concurso para arrematação de artigos de expediente para as diferentes repartições do Ministério.
Despachos e declarações acerca de despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.
Despachos criando postos de registo civil.
Despachos sobre movimento de pessoal de registo civil.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Despachos pela Direcção Geral das Alfândegas, sobre movimento de pessoal.
Acórdãos e rectificações a acórdãos do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado.

MINISTÉRIO DA MARINHA:

Portaria de 11 de Junho, aumentando a lotação da corveta *Duque de Palmela*.
Portaria de 16 de Junho, exonerando dos respectivos cargos o chefe do gabinete, o secretário e o ajudante de ordens do Ministro da Marinha.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:

Aviso acerca da ratificação, por parte da Bulgária, da convenção para melhorar a sorte dos feridos e doentes nos exércitos em campanha.

MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Despachos pela Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, sobre movimento de pessoal.
Despachos aprovando estatutos de associações de socorros mútuos e de classe.
Mapas do movimento de registos de marcas e nomes industriais em Maio.
Relações de pedidos de registos de marcas industriais e de patentes de invenção.
Despachos pela Administração Geral dos Correios e Telégrafos, sobre movimento de pessoal.
Despacho mandando abrir ao serviço a estação telefone-postal de Urros.
Portaria de 14 de Junho, aprovando o projecto duma variante na linha férrea do Sado e estabelecendo a forma por que devem ficar constituídos os projectos e orçamentos dos diferentes lanços da referida linha férrea.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS:

Aviso para a inspecção dum candidato ao concurso para provimento dum lugar de chefe de secção dos serviços agronómicos coloniais.
Boletim Militar das Colónias n.º 8, referido a 26 de Abril.

CONGRESSO:

Câmara dos Deputados, projectos de lei:
Estabelecendo várias providências contra o desdobramento do vinho pela água.
Alterando a tabela de portagens inserta nas bases do concurso para o estabelecimento de carreiras de auto-motores entre a Bastida e a Torreira.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Câmara Municipal de Lisboa, edital acerca do inquérito para a construção duma nova rua; aviso de estar-patente a planta provisória da Feira de Agosto.
Junta do Crédito Público, editos para averbamento de títulos.
Administração do concelho de Alandroal, anúncio para arrematação do sustento dos presos.
Administração do concelho do Cartaxo, editais acerca da gerência de várias corporações.
Administração do concelho de Celorico da Beira, edital acerca da gerência da Junta de Paróquia de Açores em 1910.

Juizo de direito da comarca de Armamar, editos para expropriações de terrenos.
Juizo de direito da comarca de Celorico de Basto, editos para citação de refractários.
Juizo de direito da comarca de Évora, idem.
Juizo de direito da comarca da Lousã, idem.
Caixa Geral de Depósitos, mapa do movimento do fundo de viação municipal em Março.
Escola de Alunos Marinheiros do Norte, anúncio para admissão de alunos.
Escola de Alunos Marinheiros do Sul, rectificação ao anúncio para admissão de alunos, publicado no *Diário* n.º 136.
Exploração do porto de Lisboa, anúncio para arrematação da construção dum armazém para mercadorias no entreposto de Santos.
Observatório Astronómico de Lisboa, boletim da hora média na 1.ª quinzena de Junho.
Observatório do Infante D. Luís, boletim meteorológico.
Capitania do porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.
Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

SUMÁRIO DOS APÊNDICES

N.º 189 — Cotação dos fundos públicos nas Bolsas de Lisboa e Porto, em 14 de Junho.
N.º 190 — Mapa das despesas do Ministério do Fomento ordenadas até Maio de 1912.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral da Administração Política e Civil

Para os devidos efeitos se fazem as seguintes rectificações no contracto celebrado entre a Comissão Municipal Administrativa do concelho de Bragança e o cidadão António Rodrigues, para iluminação eléctrica da mesma cidade, e que foi publicado com inexactidões no *Diário do Governo* n.º 138, de 14 do actual mês.

Na condição 4.ª, onde está: «comissão», deve ler-se: «concessão».

Na condição 13.ª, onde se diz: «juiz de direito da respectiva câmara», deve ler-se: «juiz de direito da respectiva comarca».

Na condição 15.ª, onde se diz: «em pela câmara», deve ler-se: «em que pela câmara».

Na condição 21.ª, onde se diz: «pagará à concessionária», deve ler-se: «pagará o concessionário».

Na condição 26.ª, onde se diz: «a câmara para o pagamento», deve ler-se: «a câmara fará o pagamento».

Na condição 35.ª, n.º 6.º, onde se diz: «execução», deve ler-se: «isenção».

Na condição 37.ª, onde se vê: «pessoa idónea competente», deve ler-se: «pessoa competente».

Na condição 47.ª, onde se diz: «suscitaram», deve ler-se: «suscitarem».

Na condição 48.ª, onde se diz: «e comigo Manuel Bernardo Rodrigues da Costa», deve ler-se: «e comigo Miguel Bernardo Rodrigues da Costa».

Secretaria do Ministério do Interior, em 15 de Junho de 1912.—O Secretário Geral, *Ricardo Paes Gomes*.

Direcção Geral da Instrução Primária

2.ª Repartição

Tendo chegado ao conhecimento do Governo da República Portuguesa os relevantes serviços prestados à instrução primária pelo benemérito cidadão António da Silva Simões, do concelho de Estarreja, avultando entre esses serviços o facto de a espensas suas haver estabelecido, na escola oficial da Senhora do Monte, um curso nocturno, dotando-o com o competente mobiliário e material de ensino: manda o mesmo Governo, que, pelo Ministro do Interior, seja dado público testemunho de louvor àquele benemérito cidadão pelo acto de benemerência que praticou em favor do desenvolvimento da instrução popular.

Dado nos Paços do Governo da República, aos 15 de Junho de 1912.—O Ministro do Interior, *Silvestre Falcão*.

3.ª Repartição

Por despacho de 3 do corrente, com o visto de 14 do mesmo mês:

Guilhermina Ferreira Salgado, professora primária da escola para o sexo masculino da freguesia de Mondrões, concelho e círculo escolar de Vila Rial — colocada em comissão, em virtude do artigo 29.º do decreto de 29 de Março de 1911, na escola para o sexo feminino da mesma freguesia, tornando-se definitiva a sua colocação sem dependência de novo despacho, logo que seja decretada a aposentação da professora proprietária.

Por despacho de 7 do corrente, com o visto de 14 do mesmo mês:

Sebastião Marques, professor da escola da freguesia de Santa Comba, concelho e círculo escolar de Vila Nova de Fozcoã — transferido, precedendo concurso, para a escola do lugar de Curvaceira, freguesia de Chão de Tavares, concelho e círculo escolar de Mangualde.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 15 de Junho de 1912.—Pelo Director Geral, *João Augusto Caldeira Rebelo*.

Declara-se que é para o sexo masculino e não feminino a escola a concurso no *Diário do Governo* n.º 134, de 8 do corrente, na freguesia de Arcos, concelho de Tabuaço.

Mais se declara que é na freguesia de S. Vicente, da cidade da Guarda, o concurso para provimento do 2.º lugar de professor na sede daquele concelho e que vem anunciado no mesmo *Diário*.

Direcção Geral de Instrução Primária, em 17 de Junho de 1912.—Pelo Director Geral, *João Augusto Caldeira Rebelo*.

Direcção Geral da Instrução Secundária Superior e Especial

Tendo o professor efectivo da 13.ª cadeira da Escola de Belas Artes de Lisboa, João Barreira, nomeado em 7 de Dezembro de 1908 para reger interinamente a 14.ª cadeira da mesma Escola, requerido o pagamento da gratificação correspondente ao período, que decorreu de 1 de Março de 1910 a Agosto de 1911, por aquela interinidade, visto não ter direito ao período anterior a 1 de Março de 1910, por ter exercido até aquela data também o lugar de secretário interino da mesma escola;

Considerando que por despacho ministerial de 21 de Maio de 1910, sob consulta do Conselho Superior de Instrução Pública, lhe foi reconhecido o direito à gratificação pedida, em relação àquele período de 1 de Março de 1910 até Agosto de 1911, ficando o abono respectivo dependente da informação da Repartição de Contabilidade;

Tendo a 3.ª Repartição da Contabilidade Pública informado que para aquele pagamento havia verba no orçamento de 1910-1911;

Hei por bem decretar, sob proposta do Ministro do Interior, que ao professor da 13.ª cadeira da Escola de Belas Artes de Lisboa, João Barreira, seja mandada abonar a gratificação correspondente à interinidade de professor da 14.ª cadeira da mesma escola, durante o período que decorre de 1 de Julho de 1910 até 30 de Junho de 1911, visto que é este o período do ano económico, no qual há verba para aquele pagamento, conforme informa a respectiva Repartição de Contabilidade.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar.

Paços do Governo da República, em 9 de Março de 1912.—*Manuel de Arriaga*—*Silvestre Falcão*.

Este decreto tem o Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 8 de Junho de 1912.

Achando-se vago o lugar de ajudante de porteiro da Biblioteca Nacional de Lisboa pela aposentação de José Ferreira de Brito, por decreto de 25 de Maio último; e tendo em vista o disposto no *Diário do Governo* n.º 282, de 4 de Dezembro de 1911 (Sessão do Congresso da República, de 22 de Novembro), que trata dos revolucionários civis:

Usando da faculdade que me confere o n.º 4 do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem decretar, sob proposta do Ministro do Interior, que seja nomeado ajudante de porteiro da Biblioteca Nacional de Lisboa, José Vitorino, revolucionário civil, inscrito na lista publicada no citado *Diário do Governo*, sendo esta nomeação feita por motivo urgente de serviço público, conforme o n.º 1 do artigo 46.º da Carta de Lei de 9 de Setembro de 1908.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar.

Paços do Governo da República, em 8 de Junho de 1912.—*Manuel de Arriaga*—*Silvestre Falcão*.

Este decreto tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 14 de Junho de 1912.

Por despacho de 7 de Junho corrente:

Honorato de Gouveia — nomeado para o lugar de servente da Escola de Arte de Representar. (Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 15 de Junho de 1912.)